



# ESTRATÉGIA DA ÍNDIA E DO PAQUISTÃO

**Adolpho Justo Bezerra de Menezes**

---

*Este artigo, extraído de matéria publicada no Caderno nº 13 (outubro de 1988) do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), ao mesmo tempo que dá ao leitor uma visão geral da conjuntura política do subcontinente indiano, fornece-lhe elementos para especular sobre o alcance de uma das vertentes que pode balisar a diplomacia brasileira.*

---

## INTRODUÇÃO

**P**ara me restringir ao tema, farei um rápido bosquejo do que vêm sendo as estratégias da Índia e do Paquistão desde a Partilha de 1947 até os presentes dias.

As considerações que aqui fizer de nada ou de pouco valerão se não as situarmos dentro de um contexto histórico que englobe o perene interesse britânico pela North West Frontier, onde tribos Pathans e outras aparentadas ainda habitam uma espécie de *n'os land*, que cobre

a margem esquerda do Alto-Hindus até os primeiros contrafortes do Hindu-Kush. E para discorrer sobre esse ponto, é mister falar também da luta anglo-russa pelo controle do Afeganistão (que data de mais de dois séculos), substituída agora pela dupla soviético-americana dentro de um enfoque de superpotências (assunto que deixaremos para o fim deste trabalho).

## A PARTILHA

A Partilha foi feita à base de maiorias religiosas. Foi uma ci-

rurgia agonizante, um dilaceramento de famílias, de tribos, de regiões e cidades, migrações que originaram conflitos genocidas e cataclísmicos. Até hoje não se sabe ao certo o número de vítimas desse processo de formação de dois Estados independentes, para cuja incongruência do *modus faciendi* o British Rajah contribuiu de maneira altamente negativa. Primeiro, por tergiversações e, depois, por um açoitamento desnecessário durante a Segunda Guerra, a troco de uma promessa dos líderes muçulmanos de colaborarem militarmente com a Grã-Bretanha, o Partido do Congresso (basicamente hindu) é posto na ilegalidade, enquanto a Liga Muçulmana ganha força perante Londres e apressa a Partilha.

Uma vez separados (sem o necessário amadurecimento da idéia e sem a plena influência dos dois grandes líderes - Mahatma Gandhi, na Índia, e Ali Jinnah, do lado muçulmano), delinearão-se fronteiras às pressas, as quais não condiziam com reivindicações históricas, como no caso do Cachemira (de maioria muçulmana e cujo maior quinhão coube à Índia); como no caso do ex-Paquistão Oriental, o atual Bangladesh, onde a maioria bengali (de fervor islâmico bem melhor, pois só foi convertida no século XVII) ficou distando cerca de 1.500 km em vôo direto

da parte principal da nação; e ainda, como no caso do Punjab, a mais rica região em terras férteis, onde não foi cogitado dar-se um mínimo de autonomia para a aguerrida seita Sikh, que sempre se considerou não hindu e não muçulmana.

## PRIMEIROS ALINHAMENTOS

Assim, o objetivo nacional permanente dos dois recém-formados Estados só podia ser aquele de manter ou de expandir essas mal traçadas fronteiras, apelando para uma política externa que lhes engariasse prestígio internacional, ajudas econômicas ou alianças que lhes propiciassem a aquisição de armamentos por meio de dádivas ou de empréstimos.

A Índia, possuidora de uma diplomacia mais astuciosa, baseou sua segurança numa atuação de ponta no grupo dos não-alinhados e na exploração das rivalidades americano-soviéticas em seu próprio interesse. Seu único pesadelo nas primeiras duas décadas de existência foi a China de Mao-Tse-Tung.

O Paquistão, ingênuo, apresado, acreditando 100% no poderio militar e na continuidade da linha de política externa norte-americana, foi um dos primeiros a pleitear admissão aos Pactos da SEATO - maio 1954, de Baghdad - 1955, e ao CENTO (Central Treaty Organization) -

1958, quando o Iraque desassociou-se.

O governo de Karachi tinha como certeza absoluta que a política norte-americana na Ásia era a de auxiliar os países mais fracos contra a URSS e contra a China, e que seus problemas fronteiriços com a Índia seriam amparados por Washington dentro e fora da ONU, a par da concessão de uma ampla ajuda econômica e militar. Doce enlevo...

Por algum tempo, a política externa norte-americana seguiu, de certo modo, essa linha de pensamento, mas, com a emergência da China como potência asiática, e mais particularmente depois do conflito sino-indiano sobre as fronteiras no Himalaia (Ladack - 1962), a política norte-americana na Ásia passou por uma completa e fundamental mudança. Seus estrategistas e planejadores ficaram obcecados com a idéia de transformar certos países asiáticos em bastiões contra a China; os dois selecionados foram o Japão e a Índia. Segundo a ótica de Washington, fortalecer a Índia significava transferir-lhe imediatamente uma pletora de armamentos.

## DECEPÇÕES DO PAQUISTÃO

Em Nassau, próximo à Flórida, em 29-12-1962, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha decidi-

ram fornecer uma grande variedade de equipamento militar, inclusão feita do municionamento de seis divisões indianas para combate em regiões montanhosas. Esse programa inclui também a visita de missão anglo-americano-canadense de aeronáutica para examinar as necessidades da Índia nesse campo, caso a China voltasse a atacar. Ao mesmo tempo, e mais grave ainda para o Paquistão, uma missão americana foi a Nova Delhi para estudar a maneira de expandir a produção armamentista indiana. O clímax desse processo de ajuda foi atingido em Birch Grove, EUA, em junho de 1963, quando, num pacote ainda maior, foram oferecidos sofisticadas comunicações de radar, transporte aéreo de soldados, treinamentos de tropas e, sobretudo, a segurança de que, para obter toda essa assistência militar, a Índia não tinha necessidade de concluir qualquer aliança formal; poderia e deveria continuar "não alinhada" e prosseguir recebendo também a ajuda militar da União Soviética.

Essa, sem dúvida, foi a primeira lição objetiva sobre *realpolitik* recebida pelo Paquistão, no que tange às estratégias globais das superpotências e ao valor das alianças por elas concluídas.

Recordo-me bem dessa fase, pois vinha de chegar a Karachi, como embaixador do Brasil.

O presidente eleito, Marechal-de-Campo Mohammed Ayub Khan (o único e verdadeiro estadista surgido no país depois de sua criação e, quando chefe do Estado-Maior do Exército, o principal articulador para que o Paquistão fosse logo colocado sob o abrigo do guarda-chuva de Foster Dulles), em 1966, exemplar e democrático chefe de Estado, estava se vendo obrigado a fazer (para empregarmos a frase tão do gosto dos americanos) um *agonizing reappraisal* no que dizia respeito à reavaliação de alianças.

De fato, a situação de Ayub Khan era complexa: por quase vinte anos tinha agido como aliado honesto e confiável; havia evitado aproximações com Pequim e Moscou para não ferir susceptibilidades. E para quê? Para ver o vizinho e visceral inimigo ser armado e ajudado na expansão de seu parque bélico industrial.

Em fins de 1965, sempre devido ao Cachemira, havia estourado rápida e inconclusiva guerra no Rann of Kutch, perto do delta do Índus, na qual unidades navais indianas chegaram a bombardear Karachi sem que Washington tomasse uma atitude firme em favor do Paquistão. Além disso, a Índia fomentava pruridos de autonomia das tribos Pathans. O rei afegão, Mohammed Zahir Shah, mantinha uma tênue presença diplomática em

Islamabad e reservava o melhor de seu tratamento para Nova Delhi. Urgia agir. Na impossibilidade de contrair alianças, pelo menos fazer novos relacionamentos. À exceção do Iran do Shah-in-Shah, todos os países fronteiriços lhe eram inimigos ou guardavam-lhe profundas desconfianças.

Pequim foi o primeiro alvo desse exercício de reaproximação. As fronteiras ainda não demarcadas nas alturas do Sinking apresentaram-se como um razoável pretexto. O acordo resultante da demarcação constituiu o primeiro passo na evolução das relações sino-paquistanezas. Logo em seguida veio um acordo de aviação, que permitiu à companhia estatal Pakistan International Airways ser a primeira a estabelecer uma linha regular direta entre Pequim e a Europa via Karachi. Esses dois passos originaram críticas bem fortes no Ocidente, principalmente por parte de Washington. Era voz corrente que o Paquistão estava em vias de comunizar-se.

Mas os ingentes esforços do estadista Ayub Khan de pouco valeram, em termos de ajuda econômica e, principalmente, militar de qualquer dos dois campos antagônicos. Creio que ele mesmo sentiu que o país estava em vias de cindir-se com a formação do Bangladesh, resultante de derrota militar para a Índia e, em 1969, preferiu a renúncia à

possibilidade de continuar governando como um ditador, contra a vontade de um povo onde faltava e ainda falta uma verdadeira aglutinação nacional.

Sim, porque, não importa quanto seja atualmente alardeado que se trata de uma República Islâmica Fundamentalista, na qual 96% de uma população de cerca de 100 milhões são unidos pela mesma religião, o Paquistão não formava e ainda não forma um bloco territorial e politicamente sólido, como quer fazer crer ao mundo o general ditador Zia-Ul-Haq, que domina o país desde 1977.

Não faltam ao país pruridos de resistências sócio-políticas e de separatismos tribais. Há nele grupos diferenciados étnica, política, cultural e historicamente. Os quatro principais são os sindis, no delta do Índus, abrangendo a principal cidade, Karachi; os baluchis, a sudoeste, na vizinhança do Iran; os punjabis, a nordeste, confinando com a Índia, e os pathans, na fronteira noroeste, aparentados com várias tribos que habitam o sul do Afeganistão. Além desses quatro grupos, há outras tribos menores isoladas nas áreas montanhosas.

Num país assim, as alianças estratégicas, feitas às pressas por regimes militares absolutistas, não podem ter o mesmo peso específico daquelas concluídas pelo país vizinho com o beneplácito de um governo parla-

mentar-popular, e onde uma poderosa classe militar, que em apenas quarenta anos já guerreou quatro vezes, jamais pensou em tutelar ou levantar-se contra o governo legalmente constituído.

Essa, sem dúvida, foi a melhor herança deixada à Índia pelo imperialismo britânico.

O que acabamos de resumir reúne os pontos principais de uma estratégia empregada pela Índia e pelo Paquistão com relação ao contencioso fronteiro que ainda subsiste entre ambos. Entretanto, quer me parecer que o que mais interessa é visualizar as mudanças táticas que possam ocorrer a curto e médio prazo.

## **PROTEÇÃO ESTRATÉGICA Nº 1 – CONTROLE DO AFEGANISTÃO**

Preferimos substituir o neologismo 'cenário' (vago e bastante fantasioso) por 'projeção estratégica' (bem mais alicerçada na realidade e na história).

A seguir mencionaremos algumas projeções estratégicas, procurando de início focar a principal, assunto eminentemente atual, ou seja: a luta pelo controle do Afeganistão por parte de Moscou e de Washington, e os reflexos positivos ou negativos que essa luta pode exercer sobre o futuro da Índia e, maximamente, do Paquistão.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

### Motivos russos históricos para tornar o Afeganistão uma zona de influência

O velho sonho de uma saída para os mares quentes. No caso em pauta, atingir o mar da Arábia através do Baluchistão, via Mazar-i-Sharif, Kabul, Kandahar e Quetta, um corredor de passagem, em troca de favores econômicos e militares.

Pré-impedir a fixação de tropas inglesas ao nordeste de Kabul, na cordilheira do Hindu Kush, de onde poderiam facilmente descer, atravessar o Oxus e ameaçar as províncias da Ásia Central, há pouco integradas aos domínios do tzar.

### Motivos ingleses históricos para transformar o Afeganistão num protetorado

Em sua ânsia de globalização, que estava sendo obtida pelo poder naval (*Britain rules the waves*), e com o paulatino avanço na península indostânica pela Companhia das Índias e pelos vice-reis, aparece entre os ingleses o gosto das conquistas pelo poder militar de terra.

Ao chegarem à North West Frontier, ali plantam um estabelecimento militar de tamanho, organização e disciplina ímpares para aqueles tempos, inclusive por conseguirem o alistamento

(numa base de voluntariado) de elementos das aguerridas tribos pathans, afridis e outras da fronteira. Rawalpindi, Abbotabad, Mardan, Peshawar sediavam regimentos de fama como os Guides of the Queen, que ainda marcam memória na imaginação de militares deste século. Com a fixação dessa presença castrense, brotou a idéia de abocanharem o maior pedaço possível da fronteira colindante, com a desculpa de melhor defender o que já tinha sido conquistado na península. Era uma maneira de impedir que forças do tzar pudessem baixar pelo Passo de Kabul, transpor o Khiber, através daquela parte em que a fronteira natural dos Himalaias é inexistente, pudessem franquear as portas ocidentais da Índia, como Alexandre Babur (o primeiro imperador mongol) e o turco-persa-afegão Ahmed-Shah já o haviam feito.

Daí nasceu o corolário da *forward policy* ou, numa tradução mais livre, "a política do sempre em frente". Lord Edward Lytton, vice-rei aos tempos da 2ª Guerra Anglo-Afegã, era um firme defensor dessa estratégia. Para ele, a única maneira de proteger o Império da Índia da ameaça tzarista era converter o Afeganistão num protetorado britânico, onde a Union Jack fosse desfraldada no ponto mais distante do Hindu Kush. Ele guardou-se, porém, de mencionar que a *for-*

ward policy britânica poderia também ter como alvo impedir a pacífica integração da maioria dos povos da Ásia Central aos domínios do tzar de todas as Rússias, a qual estava se processando com pleno êxito naquelas épocas. E, a propósito, é curioso notar aqui uma coincidência especialíssima: nesses fins de século XIX e princípios do século XX, quando o ímpeto britânico de seguir em frente por terra no coração da Ásia tornava-se mais forte, um eminente estudioso locubrava uma teoria que viria a torná-lo o precursor da geopolítica (ou seja: *the geographical pivot of history*), asseverando que quem dominasse o *Heartland* - leia-se Ásia Central - dominaria o mundo. É uma proposição que poderá ser analisada mais tarde pelo leitor, ou alijada com um piparote, como dizia o Braz Cubas de Machado de Assis.

## TEMPOS CONTEMPORÂNEOS - MESMO FILME: ATORES UM POUCO DIFERENTES: URSS x USA

### Motivos soviéticos

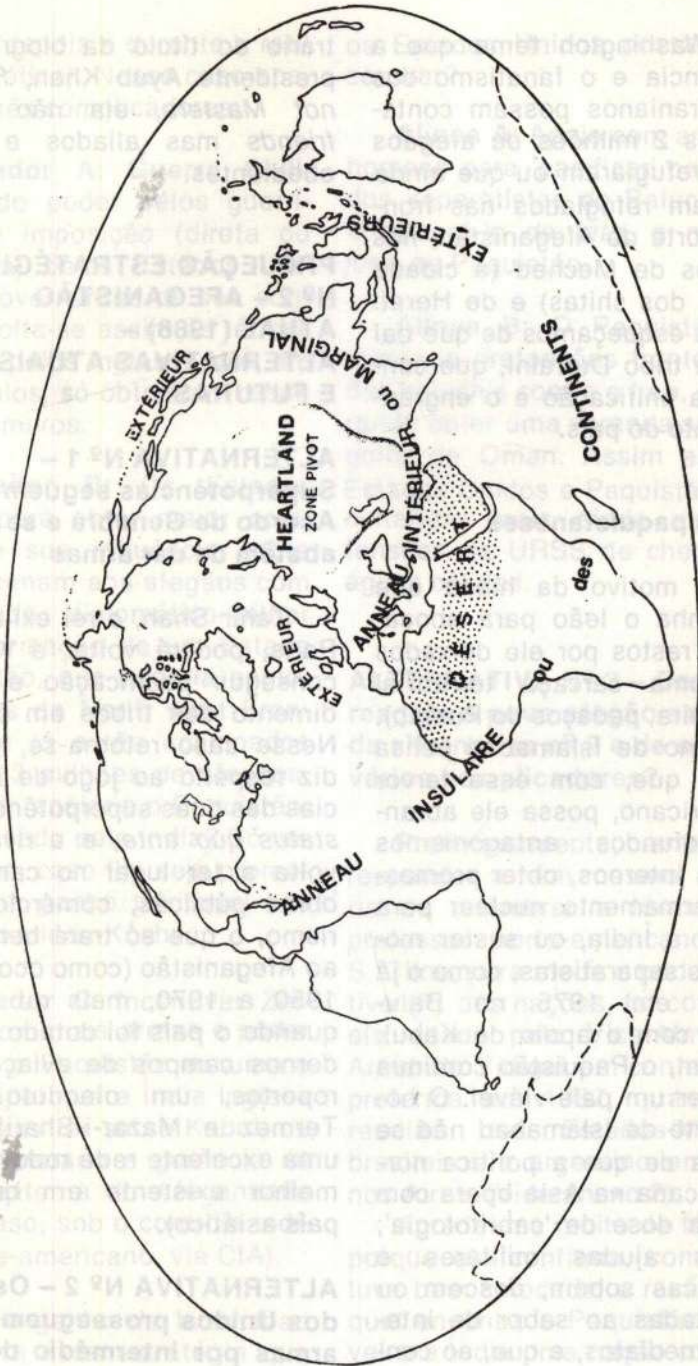
A meu ver persistem os mesmos motivos que ao tempo do tzar: saída para os mares quentes e impedir que os americanos possam infiltrar-se nas Repúblicas Soviéticas da Ásia

Central, fomentando levantes nacionalistas nas várias etnias que ali habitam, enfraquecendo, assim, o poder psicossocial de Moscou, numa fase de alta periculosidade política interna com o advento Gorbachev/Perestroika. Acresce ainda que, no século XIX, o *geographical pivot* era uma área primitiva a ser anexada, enquanto agora são regiões altamente desenvolvidas industrial e militarmente falando.

### Motivos americanos

Agora, mais que nunca, evitar que a URSS consiga, via corredor terrestre já citado, base terrestre-naval no Mar da Arábia, no Golfo de Oman e talvez, com a aquiescência dos shitas, no próprio Estreito de Ormuz ou adjacências. A obsessão dos Estados Unidos de fazer gáudio de seu poderio no Outer or Insular Crescent (Anneau Insulaire no Anexo 1) idealizado por Mackinder, e reforçado por Mahan, amarra uma venda nos olhos de seus planejadores, que os impede de ver que um interesse vital repartido (refiro-me ao petróleo) é sempre melhor que diluído e poluído, por 'desprezível' que seja aquele com quem se deva permitir uma participação.

Mas isso é idéia a ser esclarecida, pois ela poderá ter implicações futuras até com nosso poder econômico-militar. Ainda outro motivo americano a com-



ANEXO 1



putar: Washington teme que a persistência e o fanatismo dos shitas iranianos possam contaminar os 2 milhões de afegãos que se refugiaram ou que ainda continuam refugiados nas fronteiras norte do Afeganistão, nos arredores de Meched (a cidade sagrada dos shitas) e de Herat. Não nos esqueçamos de que daí surgiu a tribo Durraini, que conseguiu a unificação e o engrandecimento do país.

### Motivos paquistaneses

É o motivo da hiena que acompanha o leão para abocanhar os restos por ele deixados de alguma carcaça territorial (Cachemira, pedaços do Punjab). O governo de Islamabad pensa também que, com esse fervor pró-americano, possa ele abrandar profundos antagonismos políticos internos, obter promessa de armamento nuclear para assustar a Índia, ou suster movimentos separatistas, como o já ocorrido em 1975 no Baluchistão, com o apoio de Kabul. Para mim, o Paquistão continua a não ser um país viável. O homem forte de Islamabad não se dá conta de que a política norte-americana na Ásia opera com uma alta dose de 'cabritologia'; que as ajudas militares e econômicas sobem, descem ou são cortadas ao sabor de interesses imediatos, e que, ao con-

trário do título da biografia do presidente Ayub Khan, *Friends, not Masters*, ela não deseja *friends* mas aliados e servís obedientes.

## PROJEÇÃO ESTRATÉGICA Nº 2 – AFGANISTÃO ATUAL (1988) – ALTERNATIVAS ATUAIS E FUTURAS

### ALTERNATIVA Nº 1 – Superpotências seguem o Acordo de Genebra e se abstêm de dar armas

Zahir Shah, o rei exilado em Paris, poderá voltar a Kabul e conseguir pacificação e entendimento das tribos em conflito. Nesse caso retorna-se, no que diz respeito ao jogo de influências das duas superpotências, ao *status quo ante*, e a rivalidade volta a ter lugar no campo de obras públicas, comércio e turismo, o que só trará benefícios ao Afeganistão (como ocorreu de 1950 a 1970, mais ou menos, quando o país foi dotado de modernos campos de aviação, aeroportos, um oleoduto entre Termez e Mazar-i-Sharif e de uma excelente rede rodoviária, a melhor existente em qualquer país asiático).

### ALTERNATIVA Nº 2 – Os Estados Unidos prosseguem dando armas por intermédio do Pas-

**quistão** (depois e durante a retirada soviética). Nesse caso aparecerão três complicadores:

**Complicador A: Guerra Civil:** tomada do poder pelos guerrilheiros e imposição (direta ou disfarçada) pelos Estados Unidos de governantes de sua confiança. Volta-se assim às táticas adotadas pelos ingleses que, em dois séculos, só obtiveram resultados efêmeros.

**Complicador B:** Os Estados Unidos, para obter maior aceitação de sua influência sobre Kabul, acenam aos afegãos com uma ajuda diplomático-militar para a formação de um Estado Pathunistão, que poderia englobar partes da North West Frontier, onde já estão acampados cerca de 3 milhões de afegãos. Para quem apelaria o Paquistão, já imprensado pela Índia? Só vejo a China, caso lhe seja prometido algum ganho territorial nos passos do Hindu-Kush.

**Complicador C:** Incentivar Zia-UI-Haq com mais armas e poder para que o Paquistão assumira o antigo papel que a Índia inglesa sempre quis ter sobre Kabul, ou seja: protetorado e gerência da política externa do Afeganistão (nesse caso, sob o controle indireto norte-americano, via CIA).

Qual o ganho de Islamabad no apoio a essa estratégia que

os Estados Unidos possam assegurar?

**Alínea A:** Apoio com armas e homens para 'pacificar' os pruridos separatistas do Baluchistão e integrá-lo *de fato*, e não *de jure*, ao Paquistão.

**Alínea B:** O Paquistão fomentaria pretensões fronteiriças dos baluchis contra o Iran, procurando obter uma varanda sobre o golfo de Oman. Assim agindo, Estados Unidos e Paquistão dificultariam mais ainda as pretensões da URSS de chegar às águas cálidas.

**ALTERNATIVA Nº 3 – Como reagiria o povo afegão em face da alternativa nº 2 e de seus vários complicadores?**

Preliminarmente, antes de responder a mim mesmo, gostaria de relembrar a fórmula do professor norte-americano Ray S. Cline, para medir o poder relativo (P) das nações, tal como foi ela citada pelo Vice-Almirante Armando Vidigal em conferência proferida em 1987, quando da reunião dos Estados-Maiores brasileiros e argentino em Buenos Aires. (Vide anexo 2).

Agradei-me muito da fórmula porque ela confirma, como boa luva bem colocada, a razão pela qual encontro o Paquistão inviável e a Índia uma nação com um

### FÓRMULA DE RAY S. CLINE

$$P_P = (C + E + M) \times (S + W)$$

$P_P$  = poder relativo da Nação.

FATORES OBJETIVOS

- C – território e população
- E – produto interno bruto
- M – capacidade militar do País

FATORES SUBJETIVOS

- S – política nacional coerente aceita pela maioria da população
- W – vontade nacional

### ANEXO 2

poder relativo cada vez mais forte. Entretanto, quando tentei aplicar a fórmula de Cline ao Afeganistão, reparei ser ele um país atípico. Dentre os fatores objetivos, o Afeganistão só possui um favorável: seu território relativamente grande. Dentre os subjetivos, no entanto, possui coeficiente de tão alto teor que compensa todos os outros, ou seja: a vontade nacional.

Voltando pois à pergunta de como reagiria o povo afegão em face da alternativa nº 2, acho que a consequência seria a de unir e integrar toda a população contra o intruso direto ou disfarçado. O Afeganistão não é país para lutar-se uma guerra: se conseguirem vencê-lo por algum tempo, será impossível mantê-lo subjogado ou 'protegido'. Isso vale para a Rússia Soviética, para os Estados Unidos, para o Paquistão ou para qualquer outro país que ali se aventure. O normal das tribos afegãs é estarem sempre em luta umas contra as outras; lutam entre eles próprios quase por suporte e com uma fúria maior que a dos espanhóis na guerra civil; mas, ao contrário dos de Espanha, lutam ainda com maior ferocidade e união, quando um estrangeiro pisa em seu solo pátrio ou ali quer manter-se. Os soviéticos aprenderam essa lição recentemente, os ingleses a experimentaram por três vezes, mas parece que os norte-americanos ainda

não estão de todo convencidos de quanto conta na equação de Cline a letra W – *The will power of the nation*.

### PROJEÇÃO ESTRATÉGICA Nº 3 – A ÍNDIA E A UNIÃO SOVIÉTICA

Desde a acalmia depois da invasão em 1962, das alturas do Himalaia até as planícies do Assam, e da retirada dos chineses de motu-próprio, de volta ao Tibete, os Estados Unidos foram mingando sua ajuda econômico-militar para com a Índia. Isso não quer dizer que a constância das relações de Nova Delhi com Moscou não dê sobressaltos a Washington. Contudo, os Estados Unidos ainda são o segundo maior parceiro comercial da Índia, depois da Arábia Saudita e à frente da União Soviética.

Moscou tem sido sempre correto em seu relacionamento. Em 1971, foi assinado um pacto, e a visita de Gorbachev, em novembro de 1986, veio consolidá-lo. O fato de haver lançado as bases de uma indústria pesada, que hoje responde por 80% da produção metalúrgica, e aquele de absorver 20% das exportações do país, não originaram modificação na atitude do Kremlin, ou pretensões de atrelar a política externa indiana a seus interesses imediatos ou futuros. Nem a quadra de instabilidade política interna ora atravessada por Rajiv

Gandhi tem sido motivo de que a União Soviética se aproveite para intensificar espiões ideológicos ou tentar impedir a diversificação de fornecedores de armamentos. Nova Delhi tem comprado Mirage e mísseis da França, aviões de combate britânicos e soviéticos (Migs 29), submarinos da Alemanha Ocidental, canhões suecos e até motores norte-americanos para equipar um avião leve de combate que eles estão construindo. Não desejo mais nada acrescentar sobre armamentos. Os estudiosos militares devem estar mais que atualizados acerca desse importante componente na estratégia hindu.

#### **PROJEÇÃO ESTRATÉGICA Nº 4 – ÍNDIA E ESTADO DO PUNJAB**

É um dos mais importantes Estados da República Federativa da Índia, responsáveis por 50% dos cereais produzidos no país. No Punjab, a minoria sikh existente no subcontinente constitui maioria. Ali, na cidade de Amritsar, ergue-se o Templo Dourado, o mais sagrado lugar da seita, e esses motivos dão lugar a fortes anseios separatistas.

Os sikhs, se bem que representam apenas 2% de uma população de cerca de 800 milhões, respondem por 16 milhões e com alta taxa de natalidade. Seus homens, desde a formação da

seita, por volta do ano 1500, têm-se distinguido como guerreiros de elite, tanto para o governo colonial como, depois, para o exército indiano. A ala radical dos sikhs quer a expulsão dos hindus que vivem no Punjab e a volta de 6 milhões que vivem espalhados pela Índia. É um problema semelhante ao que a Espanha enfrenta com a minoria basca, mas com conotações geográficas, religiosas e militares muito mais amplas e explosivas.

#### **INGERÊNCIAS PAQUISTANESAS**

O General Zia-ul-Haq está contrabandeando armas ultra sofisticadas para militantes sikhs, que incluem submetralhadoras chinesas, explosivos, foguetes anti-tanques de fabricação soviética. É evidente o intuito de transformar um levante ainda controlável numa guerra civil total no Punjab, visando à formação de um Khalistan – um país totalmente independente e separado da Índia. Zia nega, mas Rajiv Gandhi se apressa em construir uma separação de 530 km de arame farpado entre e Punjab e o Paquistão.

Entrementes, algumas fontes indianas (como o nº de abril da revista *Frontline*, editada na cidade de Madras) asseveram que esses encorajamentos separatistas partem também de conse-

lheiros civis e militares norte-americanos, atualmente no norte do Paquistão.

Que Islamabad empregue essa estratégia visando ao desgaste político, social e territorial do vizinho é compreensível. Afinal, as pretensões paquistanesas sobre o Cachemira ainda permanecem de pé. Entretanto, que Washington queira também se imiscuir num *imbroglio* onde dificilmente terá algo a ganhar, é uma opção difícil de ser compreendida.

### EXERCÍCIO DE FUTUROLOGIA - BRASIL/ÍNDIA : POSSÍVEL NOVO PÓLO DE PODER EM FINS DO SÉCULO

A conceituação de *pólos de poder* não implica necessariamente vizinhança ou proximidade. Af temos a União Soviética com seus satélites do Pacto de Varsóvia, que lhe são vizinhos mas que, em vez de lhe proporcionarem acréscimo do poder, só lhe acarretam preocupações, tanto no plano político como no militar e econômico. Af temos os Estados Unidos com seus malabarismos semânticos, financeiros e comerciais tentando se autoconvencer ('pentagonalmente' falando) de que um longínquo Japão é e continuará sendo das pedras angulares de um West-East pólo de poder. Já no meu modesto entender, vemos Wa-

shington e Londres, separados por um oceano e por um enorme poder econômico-financeiro, e que no entanto constituem o mais sólido pólo de poder que avançará milênio adentro, com OTAN ou sem OTAN.

Sim, porque nesta caminhada rumo ao século XXI, cuja última década o mundo e a humanidade estão encetando, o que vai contar, muito mais que os poderes militar e tecnológico, é: para os países ricos do Norte, a manutenção de seus altos níveis de vida à custa de esquemas de exploração dos povos fora do *outer rim* imaginado por Nacker; e para os que estão fora, continuarem resignados como escravos ou saberem unir-se em pólos duplos, triplos ou múltiplos que lhes dêem meios de contrapor-se a esses esquemas de domínio.

No que estou digressando não entra nem pode entrar qualquer inércia de planejamento baseada na bipolarização nuclear. As conseqüências últimas do desafio nuclear russo/americano não podem ser computadas. Primeiro, por uma questão de lógica, e segundo, por ultrapassadas que são. Sim, porque, como afirmou o meu jovem e percuciente colega Rubens Ricúpero, ex-assessor especial do presidente da República, em 1986, em conferência na FIESP, "tudo indica que o sistema continuará a ser bipolar no campo estratégico nuclear, mas cres-

centemente multipolar nos campos econômico e político”.

Portanto, repisando a pergunta inicial: o que pode constituir um pólo de poder ou uma multipolarização de poder?

O fato de os países que os formam terem interesses idênticos, que se contrapõem aos dos mais poderosos. Isso faz com que os ameaçados se unam nos foros diplomáticos internacionais e procurem aglutinar seu poder em armas convencionais, a fim de dificultarem os planos daqueles que os querem prejudicar em seus legítimos interesses vitais econômicos e comerciais.

A Índia e o Brasil possuem certos interesses idênticos que poderiam ser considerados sob esse aspecto.

A seguir, apenas um elenco dessas identificações, cujo mérito poderá ser julgado pelo leitor.

- A Índia é o país que mais luta contra o apartheidismo. Tem considerável colônia na África do Sul, e ali seus nacionais são considerados cidadãos de segunda classe, um pouco acima dos negros. Nós não temos brasileiros na África do Sul, mas possuímos em casa um grande percentual de gente que tem suas raízes em solo africano e, por isso, a maioria do nosso povo tem repugnância à ideologia racista. É prová-

vel mesmo que, no futuro, venhamos a ter tropas de terra em países situados na vizinhança, na República Sul-Africana.

- No que tange a armamentos, tanto a Índia como o Brasil já possuem uma razoável indústria bélica. Pode haver uma complementação natural para a expansão dessa indústria e também para a comercialização, pois a Índia não amarra os próprios pulsos em obediência a cláusulas de certos fabricantes rivais mais fortes que exigem *end users certificates*, quando isso convém a suas táticas conjunturais.

- Os avanços tecnológicos que estão sendo feitos pela Índia e pelo Brasil operam-se quase paralelamente. O que falta aos dois países é conhecerem-se melhor, como declarou em recente entrevista o primeiro ministro Rajiv Gandhi.

- No que se refere aos assuntos econômicos e financeiros, temos tido, nos últimos anos, uma atuação quase sempre concordante, quer na UNCTAD, quer no GATT, quer no Grupo dos Setenta e Sete.

- No mar, poderá haver também uma conjunção de interesses. A Índia, mesmo abstraindo submarinos atômicos, poderá dificultar o acesso e a saída aos Golfos de Oman e Pérsico. O Brasil poderá adotar a mesma tática no ponto de estrangulamento entre o Nordeste e a África ocidental. Há ainda a possibilidade de uma base naval que a Índia consiga estabelecer em Port Louis, na ilha de Mauritius, onde a população hindu (68%) é maioria.

- Com os anos, podemos ter base aérea na ilha de Trindade e base naval (com a aquiescência, não por imposição) em países das Áfricas Ocidental e Oriental.

- Colônias de origem indiana integrantes de países da América Latina poderão revelar-se úteis para qualquer pretensão conjunta Brasília/Nova Delhi contra *diktats* provindos de países ricos e fortes. Essas minorias existem no Suriname (35%), em Trindade (40%), na Guiana Inglesa (51%).

Existem ainda outras confluências que apontam para a possibilidade de formação desse

novo pólo de poder. Deixo ao possível interesse do leitor esmiuçar as que nos sejam mais úteis.

Para finalizar este modesto ensaio de Futurologia, submeto à análise do leitor um último, mas a meu ver importantíssimo, vetor estratégico, ou seja: a conversão do pólo duplo Brasília/Nova Delhi num tríptico com a inclusão de Tóquio.

O Japão já é um dos maiores usuários da ligação marítima Extremo Oriente – Golfo Pérsico e América do Sul e, portanto, com o tempo poderá ter muito a lucrar com a formação de uma tríptico união. Não é tarefa a realizar-se da noite para o dia, mas também não é utopia. Necessita trabalho de fina ouriversaria militar e diplomática.

Evidente que o Japão está no auge de sua auto-estima e auto-apreciação. Está desfrutando, desde a humilhação de Hiroshima, o prazer de sentir-se forte e mesmo invejado. Antes respeitavam-no pelo arrojo guerreiro e pela rápida ocidentalização de sua indústria bélica, se bem que o Ocidente continuasse olhando seus cidadãos com desprezo ou complacência humilhante. Hoje os japoneses têm tapete vermelho mundo afora, e o poder de seus ienes e de sua alta tecnologia faz com que o relacionamento com eles seja cobiçado, até mesmo no plano social, por aqueles anglo-americanos e eu-



ropeus que os olhavam com soberbia três décadas atrás.

Mas, a despeito das lisonjas com que são tratados em toda parte por monarcas, presidentes, banqueiros, empresários e até aeromoças e garçons; mesmo a despeito de, por um passe de mágica, eles se haverem transformado em 'ocidentais' (não importando seus olhinhos ameadados) e em cristãos (mesmo com a continuação de seu culto e modo de vida tradicionais), os japoneses continuam mantendo uma característica básica de seu modo de ser: são muito desconfiados. Essa qualidade vai fazer com que Tóquio, mais cedo do que se pensa, entre numa fase de recalitrância para continuar financiando desvarios orçamentários de Washington para levar avante planos bélicos espaciais que não darão proteção direta às ilhas nipônicas.

Naturalmente, os engodos comerciais e financeiros oferecidos por Washington serão apetecíveis. Fabricar seus produtos em solo norte-americano; ter bancos japoneses em Wall Street; fazer *joint ventures* com as multinacionais e aparceirar-se com americanos e europeus na *razzia* das matérias-primas oriundas da África e da América Latina - tudo isso exercerá uma forte tentação. De certo modo (haja vista a concordância de alguns empresários japoneses às críticas feitas pelas multinacio-

nais americanas contra as recentes medidas de defesa econômica adotadas pela Constituinte), é forte o poder desses engodos. Mas, tenho para mim, que tudo isso é conjuntural. Os japoneses ainda persistirão desconfiados em serem atraídos tanto pela atual e propalada 'interdependência internacional' (onde lhes é oferecido um dos principais papéis), quanto pela nova estratégia delineada no livro 1999 - *Victory without War* (no qual Nixon tem o desprazer de confessar que a "ameaça imediata dos soviéticos é às nações cujos recursos naturais são indispensáveis à sobrevivência da Europa", - e à deles, americanos, e à do Japão, aduzo eu).

Quando as cotações do ien ficarem tão fortes com ou sem a adoção de novos padrões (estilo Bretton Woods) que façam com que as exportações nipônicas se tornem competitivas, quando eles começarem a compreender que o fantasma da *sequestership* também um dia poderá atingi-los, a desconfiança japonesa tenderá a crescer com relação a Washington.

O Japão, quer queiram, quer não, é uma usina transformadora de matérias-primas com mão-de-obra relativamente barata (ainda que se trate de insumos destinados a tecnologias de ponta). Mesmo (como nos querem convencer certos senadores teleguiados em Brasília) que os

minerais raros "já estejam se tornando obsoletos" devido ao emprego dos chips de silício e dos supercondutores de cerâmica, o fato é que a indústria nipônica não poderá prescindir de uma associação cada vez mais crescente com regiões supridoras. E, em que outro país melhor do que o nosso, o Japão poderá obter, sem ameaças de retaliação e a contento de ambas as

partes, tudo o de que necessita para continuar sendo o que é? Sem trucas, com jogo franco e sincero, os japoneses terão em nós e em nossos aliados sul-americanos e na Índia um mercado consumidor talvez mais remunerativo que o dos norte-americanos ou europeus, já viciados em sempre quererem levar a parte do leão em qualquer transação da qual participem.

---

*Embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes.*

*Fez os seguintes cursos: da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, de Civilização e Língua Francesa na Sorbonne, de Inglês na Universidade William and Mary (Virgínia, Estados Unidos da América), Superior de Guerra na ESG. Foi Cônsul, Ministro Conselheiro, Cônsul Geral e Encarregado de Negócios em vários países amigos, e Embaixador do Brasil no Paquistão, no Afeganistão, e nas Repúblicas da Tunísia e da Líbia. Foi Assistente do Comando na ESG. Participou de numerosas delegações e conclaves internacionais. É autor de diversos livros, dentre os quais destacamos: O Brasil e o Mundo Ásic-Africano, A organização Política e Administrativa da União Soviética, Subdesenvolvimento e Política Internacional.*

---